

Editorial

A *Revista Brasileira de Sociologia* despede-se de 2021 trazendo para seu público leitor uma coletânea de artigos que abarcam um espectro amplo de temáticas abordadas por diferentes ângulos empíricos e teóricos, além de considerações sobre o contexto pandêmico e seus impactos para a sociedade brasileira.

O momento é de reflexão face aos desafios que se colocam à humanidade e, diante disso, a sociologia brasileira tem um importante papel a cumprir – o de contribuir para melhor compreendermos esses desafios e repensar para onde vamos. Se, por um lado, a Sociologia dispõe de um ferramental teórico e metodológico que possibilita abordar a complexidade das questões sociais contemporâneas, por outro, vivemos um momento de ruptura, de ameaças incomensuráveis, um momento em que se torna cristalina a impossibilidade de a humanidade seguir vivendo segundo os padrões construídos ao longo dos últimos séculos.

Tal contexto gera perplexidade, mas pode também induzir novos olhares, novos conceitos e propostas para uma ação pública capaz de equilibrar as relações desiguais, tanto as sociais quanto as do ser humano com a natureza, e assim mitigar os danos e as ameaças que o modelo social atual vem impondo à vida no planeta.

A *RBS* convida a essa reflexão e se abre ao diálogo para fomentá-la, esperando que o próximo ano seja profícuo na produção sociológica focada na interpretação e proposta de rumos para os desafios presentes e futuros no que tange às relações humanas, sociais e ambientais – desigualdades, futuro do trabalho, riscos sanitários e ambientais, decrescimento, pós-desenvolvimento entre outros temas candentes.

Em seu número 23, a *RBS* traz, inicialmente, uma discussão sobre o conceito de interdisciplinaridade a partir da perspectiva das ciências ambientais. Gabriel Coelho e Jalcione Almeida, considerando que o significado desse termo está ainda aberto e sob constante disputa, buscam defini-lo em termos de uma *democracia pluralista*, segundo a concepção de Chantal Mouffe.

Rafael Marino, em “Notas sobre formação, forma e processo social em Ismail Xavier” examina o trabalho do crítico, apoiado em uma dupla abordagem: a partir de ensaios sobre a formação do Brasil e de estudos sobre a constituição de uma forma artística capaz de abarcar as especificidades socio-históricas brasileiras. O autor conclui que a crítica de Xavier, especialmente em sua análise dos filmes de Glauber Rocha, é devedora da matriz periférica brasileira e dos textos que conformaram o que ele chama de quase gênero da formação do Brasil.

“Fratrías e relações entre irmãs/os ao longo da vida: uma perspectiva sociológica”, de Andreia Barbas e Sílvia Portugal, busca preencher uma lacuna nos estudos sociológicos sobre a família, examinando as relações fraternais ao longo de diferentes fases da vida. A pesquisa, realizada em Portugal, apoiou-se na técnica de histórias de vida, por meio de 32 entrevistas semiestruturadas a irmãos e irmãs de famílias nucleares.

Luiz Enrique Vieira de Souza e Marcelo Fetz, em “Os planos de recuperação econômica pós-Covid-19 na encruzilhada das mudanças climáticas” discutem a mitigação temporária dos gases de efeito estufa na atmosfera, dada a desaceleração da economia resultante da pandemia do Covid-19. A partir disso, analisam os prováveis impactos dos pacotes de recuperação econômica pós-pandemia, que trazem o risco de “efeito rebote” e de consequências irreversíveis em prejuízo aos esforços de mitigação das mudanças climáticas.

Em “Muralha de espelhos: o narcisismo político nas plataformas digitais”, Samira Marzochi e Fernando Balieiro apoiam-se no cruzamento entre teoria crítica, pós-estruturalismo e psicanálise para sugerirem que as plataformas digitais, longe de fomentar o desenvolvimento de uma cultura democrática, estruturam-se segundo uma lógica dualista, que coloca em polos opostos o “nós” e os “outros”, servindo a uma forma de narcisismo político que rechaça o debate público.

Maria Carolina Tomás e Leonardo Souza Silveira analisam a expansão do ensino superior no Brasil, a partir de 1964, com o governo militar, e caracterizada por dois ciclos distintos de expansão. O trabalho busca demonstrar que o sistema de ensino superior brasileiro se massificou até a segunda década dos anos 2000, passando a ser marcado por concentrações de ordem organizacional que se refletem nos perfis socioeconômicos dos alunos.

“*Ideias fora do lugar* e seus colóquios: insights para a análise das ‘interpretações do Brasil’”, de autoria de Sergio Tavolaro, explora o potencial

heurístico do ensaio de Roberto Schwarz para discutir três ordens de problemas identificadas na produção sociológica de “interpretação do Brasil”. Ao revisitar tais interpretações, à luz de *Ideias*, o autor destaca a possibilidade de ao menos alguns elementos dessas *interpretações* das especificidades brasileiras “ajudarem a elucidar padrões societários, parâmetros estéticos e ético-morais, bem como categorias do entendimento pertinentes não apenas à experiência brasileira e a contextos congêneres, mas também às chamadas configurações *modelares* da modernidade.”

Ricardo Pagliuso Regatieri, em “Patrimonialismo: o debate brasileiro e alguns elementos para sua crítica”, em certa medida dialoga com o artigo anterior. Ao revistar o debate brasileiro sobre patrimonialismo, o autor argumenta ser necessário levar a outro patamar a discussão sobre a existência ou não de traços tradicionais na formação social do Brasil, a um patamar “que inclua a contextualização histórica da sociologia clássica no quadro do pensamento colonial moderno, o questionamento de seus limites e a busca por alternativas teóricas.”

“Autonomia e trabalho intelectual na pós-graduação em Ciências Sociais”, de João Marcelo Maia e Jimmy Medeiros, resultante de pesquisa empírica apoiada em um survey que cobriu 40 programas de pós-graduação em três áreas restritas das ciências sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia – e 396 professores vinculados a esses programas, discute as práticas de trabalho desses cientistas sociais, concluindo que eles logram produzir espaços de autonomia no seu cotidiano, embora a negociação que propicia esse resultado permaneça individualizada e sem lastro em projetos institucionais ou coletivos.

Fechando esta edição da *RBS*, Sonia Fleury, Palloma Menezes e Alexandre Magalhães, em “Deslocando enquadramentos: coletivos de favelas em ação na pandemia” analisam uma diversidade de iniciativas de enfrentamento à pandemia do Covid-19 adotadas por coletivos e organizações de moradores das favelas do Rio de Janeiro. Tais ações, ao mesmo tempo em que compensam a inação e ausência do Estado nesses locais, produzem deslocamentos dos sentidos historicamente atribuídos aos habitantes dessas localidades.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura, reiterando o convite ao debate sobre os futuros possíveis para o Brasil e o planeta.

Equipe editorial